

América discute dívida em Caracas. Brasil estará lá ^{estema}

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, já antecipou a decisão do Governo brasileiro de se fazer representar na reunião convocada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para a discussão do endividamento externo dos países da América Latina. A reunião, prevista para os próximos dias 5 a 9 de setembro, em Caracas, reabre a polêmica sobre a oportunidade de uma ação comum dos países da região para contornar as dificuldades geradas por pesadas dívidas externas.

A Comissão Econômica para América Latina (Cepal) e o Sistema Econômico Latino-americano (Sela) reuniram no documento denominado "Bases Para Uma Resposta à Crise Econômica Internacional", concluído em maio deste ano, muitas das propostas que estarão em discussão na reunião de Caracas. O documento foi preparado a pedido do Presidente do Equador, Oswaldo Herrera Hurtado.

A proposta da Cepal não passa pelo repúdio do pagamento da dívida externa, mas sim pela sua renegociação em bases suportáveis pelos países latino-americanos, com a manutenção de índices de crescimento e uma cooperação comercial e política intensa entre os países da região. Tudo para fazer frente à "mais aguda crise que atravessa a região no pós-guerra".

O endividamento externo dos países latino-americanos somava US\$ 67 milhões, em 1975. Após sete anos, ou seja, ao final de 1982, esse montante mais do que quadruplicou, atingindo US\$ 300 milhões. O crescimento da dívida foi particularmente acelerado no período de 1975 a 80, quando o incremento foi da ordem de 25 por cento ao ano, taxa superior ao crescimento anual de 18 por cento nas exportações desses países, no mesmo período.

O diagnóstico da Cepal, que leva

em consideração as diferentes realidades de cada país latino-americano parte da constatação de que a crise econômica que alcançou os países desenvolvidos a partir de 1980 encontrou a América Latina em estreita dependência externa. A transferência da crise dos países centrais às economias periféricas da América Latina deu-se através do estancamento da atividade comercial, das altas taxas de juros financeiros e, ainda, do estrangulamento do ingresso de capitais sob a forma de investimento.

Os esforços de ajustamento das economias latino-americanas desenvolvidos, até agora, de acordo com a Cepal, não têm produzido resultados compatíveis com os sacrifícios econômicos e sociais exigidos por esse processo. Apesar de reconhecer a maior flexibilidade com que atua hoje o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Cepal critica a estratégia básica recomendada pelo Fundo, de conteúdo fortemente recessionista.

Os resultados dessa receita de recessão, adverte a Cepal, podem implicar destruição dos parques industriais dos países latino-americanos, afetando gravemente a capacidade de recuperação futura das economias da região. Além disso, são consideradas imprevisíveis as reações políticas de sociedades colocadas no limite da tolerância diante dos efeitos de recessões profundas e prolongadas.

A Cepal coloca em dúvida a estratégia preconizada pelo FMI de que os países aumentem coletivamente suas exportações e diminuam, também coletivamente, suas importações. "É evidente que, a menos que exista um conjunto de países que aceite ter déficits em suas balanças comerciais, não será possível que um grupo numeroso de outros países gere superávits", argumenta a Cepal.

As soluções propostas pela Cepal começam pela orientação de medi-

das no sentido de queda das taxas reais de juros nos mercados financeiros internacionais, considerando que sem essa redução não será possível obter uma significativa e estável recuperação.

A Cepal reconhece, entretanto, que o elevado número de bancos participantes da renegociação das dívidas externas, torna extremamente difícil esse processo, já que esses bancos não só têm posições diferentes sobre os caminhos para a superação da crise como também não contam com experiência em renegociações dessa dimensão.

Politicamente, a Cepal considera imprescindível a troca de informações e decisões entre os países da região e os países desenvolvidos, para que seja possível explorar novos termos nas negociações financeiras. Em termos práticos, a ação proposta pela Cepal pode ser resumida nos seguintes pontos:

1 — Criação de um procedimento institucionalizado para a reestruturação da dívida, envolvendo um esforço conjunto do FMI e do Banco Mundial.

2 — As programações devem incluir vencimentos de vários anos, estabelecendo prazos de amortização mais largos e, eventualmente, transformando uma parte substancial da dívida de curto e imediato prazo de certos países em obrigações de longo prazo.

3 — Concessão de recursos adicionais para atender ao serviço da dívida acumulada, que permita manter a capacidade produtiva dos países para administrar seu comércio exterior.

4 — Diminuição do custo do refinanciamento.

5 — Acesso facilitado a créditos públicos adicionais para estimular o desenvolvimento econômico, o que seria feito através da minimização da dívida com os bancos privados, substituindo-a por créditos mais amplos de organismos oficiais, como o Bird e o Bid.